



Boletim de Serviço Eletrônico em 13/09/2019

**RESOLUÇÃO Nº 17/REIT - CEPEX/IFRO, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu MBA (Master Business Administration)* em Gestão de Instituições Públicas, Modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Porto Velho Zona Norte*.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.003003/2019-66, considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 17ª Reunião Ordinária, em 20/08/2019;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º APROVAR** o Projeto Pedagógico do Curso e Pós-Graduação *Lato Sensu MBA (Master Business Administration)* em Gestão de Instituições Públicas, Modalidade a Distância (EaD), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus Porto Velho Zona Norte*, anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**UBERLANDO TIBURTINO LEITE**

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 12/09/2019, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0686449** e o código CRC **E774571A**.

**ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 17, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU MASTER BUSINESS ADMINISTRATION* EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

**Modalidade: Educação a Distância**

**Projeto aprovado no Conselho Superior  
Resolução n.º 17/CEPEX/IFRO/2019**

**Porto Velho/RO  
2019**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1. Dados da instituição**

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA		
End.:	Av. Tiradentes, 3009, Industrial		
CNPJ	10.817.343-0001-05		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76821-001
Fone:	(69) 2182-9601	Fax:	(69) 2182-9601
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br		

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitora de Ensino: Edslei Rodrigues de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação: Gilmar Alves Lima Júnior

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitora de Administração e Planejamento: Jéssica Cristina Pereira Santos

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Maria Fábíola Moraes de Assumpção Santos

Coordenadora de Pós-Graduação IFRO-Reitoria: Michele Noé

**1.2. Dados da unidade de ensino**

Nome:	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE		
CNPJ:	10.817.343/0007-92		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-8924		
E-mail:	campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br		

**1.3. Corpo dirigente da unidade de ensino**

<b>Dirigente principal da instituição de ensino</b>			
Cargo:	Diretora-Geral do <i>Campus</i>		
Nome:	Ariadne Joseane Félix Quintela		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800		
E-mail:	ariadne.joseane@ifro.edu.br		

<b>Diretor de Ensino</b>
--------------------------

Cargo:	Diretor de Ensino		
Nome:	Valdeson Amaro Lima		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800		
E-mail:	valdeson.lima@ifro.edu.br		

## 2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO faz parte de uma rede centenária e surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia – à época, com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena – e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. No entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- 2007: conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia, por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007;
- 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do Art. 5º, inciso XXXII, da Lei nº 11.892/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- 2010: implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades; em 2011, passou a denominar-se *Campus* Porto Velho Calama;
- 2011: implantação de polos de educação a distância (EaD) e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- 2012: implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático, para gestão da EaD;
- 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois campi avançados;
- 2013: instalação de 12 polos EaD;
- 2014: expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;
- 2015: convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais, para oferta de cursos de nível técnico concomitantes;
- 2016: recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia com nota 4;
- 2017: implantação do *Campus* de Jaru;
- 2018: autorização de funcionamento do *Campus* Avançado de São Miguel do Guaporé.

O Instituto Federal de Rondônia está investindo substancialmente na ampliação dos campi e de sua rede. Atualmente, a configuração é esta: uma reitoria, nove campi implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e um *campus* avançado em São Miguel do Guaporé (em fase de implantação) e 24 polos de educação a distância, além de mais 176 polos atendidos por meio de termo de cooperação com o governo estadual.

### 2.1. *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *campus* avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, iniciaram-se as atividades de planejamento e implantação da unidade oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus*.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *campus* avançado a *campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *campi* e polos regionais do IFRO.

Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), os cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profucionário, que são cursos Técnicos em Mídias Didáticas, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. O *campus* já alcança mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013. A partir de 2017, iniciou a oferta dos cursos Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores e Gestão Comercial. Em 2018, iniciou o curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Em relação aos cursos de pós-graduação, o *campus* teve sua primeira oferta iniciada em 2015, com o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD. A partir de 2017, passou a ofertar o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública; no segundo semestre de 2018, também passa a ser ofertada a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Educação a Distância e a Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Planejamento Estratégico no Setor Público, ambas na modalidade EaD.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para a educação e, ainda, a utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender às mais diversas regiões do Estado, criando condições de inserção, permanência e ascensão das comunidades no mercado de trabalho.

## 3. APRESENTAÇÃO DO CURSO

### 3.1. Dados gerais do curso

Nome do curso: *Master Business Administration* em Gestão de Instituições Públicas

Modalidade: a distância

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Área de avaliação/subárea: Administração

Habilitação: Especialista em Gestão de Instituições Públicas

Carga horária: 380h.

Requisitos de acesso/Forma de ingresso: portadores de diplomas de graduação em cursos reconhecidos pelo MEC.

Vagas: 80 (as vagas podem ser ampliadas caso haja oferta do curso em rede)

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte.

Prazo para integralização do curso: de 12 a 18 meses.

### 3.2. Dados do coordenador do curso

Nome:	Aloir Pedruzzi Junior		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800		
E-mail:	aloir.pedruzzi@ifro.edu.br		

### 3.3. Equipe responsável pela elaboração do projeto

O projeto foi elaborado pela equipe designada pela Diretora-Geral do *Campus* Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 69, de 28 de fevereiro de 2019, cujos membros constam no quadro abaixo:

N.º	NOME	TITULAÇÃO
1	Aloir Pedruzzi Junior	Mestre
2	Jonimar da Silva Souza	Mestre
3	João Batista Teixeira de Aguiar	Mestre
4	Lady Day Pereira de Souza	Mestre
5	Patrícia Feitosa Basso Miranda	Mestre
6	Jéssica Holanda Renda	Graduada

### 3.4. Dados dos membros da comissão de coordenação do curso

Nome:	Aloir Pedruzzi Junior			
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial			
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3818			
E-mail:	aloir.pedruzzi@ifro.edu.br			

Nome:	Jonimar da Silva Souza			
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial			
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3800			
E-mail:	jonimar.souza@ifro.edu.br			

Nome:	Patrícia Feitosa Basso Miranda			
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial			
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP: 76.821-002

Fone:	(69) 2182-3800
E-mail:	patricia.basso@ifro.edu.br

#### 4. JUSTIFICATIVA

A Nova Administração Pública, chamada no Brasil de Reforma do Estado, que emerge a partir da década de 1990, busca promover um modelo de gestão dinâmico, flexível e mais próximo da sociedade. Propicia a descentralização, bem como transfere parte de suas atividades entre as unidades da federação ou a terceiros, como entidades não governamentais.

A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo do processo de expansão das políticas educacionais federais, com forte inserção nas áreas da pesquisa aplicada, da extensão tecnológica e na formação de professores para as redes públicas de educação básica.

Assumem valor estratégico para o desenvolvimento nacional, com atuação no ensino fundamental e médio, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na formação de técnicos, nos cursos superiores de tecnologia, nas licenciaturas e em cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

As instituições que se desenvolvem neste novo milênio emergem dentro desta nova ordem administrativa e social, em um Estado mais aberto e transparente e com uma sociedade mais atuante e participativa. Para geri-las, será preciso um gestor que tenha habilidades e competências para administrar espaços entre os diversos segmentos envolvidos na gestão das instituições.

O novo gestor público terá esse papel de ser o articulador das diferenças, com a finalidade de catalisar os anseios dos cidadãos para um ponto em que todos possam contribuir apesar das diferenças de pensamentos e atitudes, compreender as diferenças em um grupo heterogêneo e saber lidar com essas diferenças.

Senge (2005), no desenvolvimento da teoria das cinco disciplinas para as escolas que aprendem, vai mais além ao afirmar que os novos gestores devem ter não apenas habilidades e competências, mas também desenvolver novos modelos mentais que superem os antigos, por meio da sensibilidade, da responsabilidade com a ética e a moralidade e da coragem de romper paradigmas para influenciar novos modelos. Segundo Pereira e Carvalho (2014, p. 61):

*[...] a gestão de competências constitui-se como um mecanismo para promover a gestão estratégica de recursos humanos e, por conseguinte, gerar um diferencial competitivo para a organização. O enfoque, no modelo de gestão de competências surge como resposta à necessidade de melhorar permanentemente a qualidade e pertinência da formação das pessoas no sentido de fortalecer a relação entre formação e trabalho. Nesta perspectiva, é necessário fomentar a formação ao longo da vida, de forma flexível de acordo com as necessidades dos indivíduos.*

Dessa forma, o gestor público tem a função de dirigir, governar de forma ética, técnica e transparente a coisa pública, quer sejam órgãos, departamentos ou políticas públicas, buscando sempre o bem comum da comunidade a que se destina e em consonância com as normas legais e administrativas vigentes. Ressalta-se também que o Ministério da Educação, através da Portaria nº 1.430, de 28 de dezembro de 2018, apontou “a importância do desenvolvimento de competências gerenciais, com base nos princípios da moderna administração pública, e de modelos avançados de gerenciamento de instituições públicas”. Essa mesma portaria estabeleceu normas para a oferta regular dos cursos de formação para gestão em instituições da administração pública, conforme observado nos Art. 1º e 2º:

*Art. 1º Ficam estabelecidas normas complementares para o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da Administração Pública.*

*Art. 2º Os cursos de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da Administração Pública deverão ser ofertados por instituições vinculadas ao Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Fazenda.*

Segundo dados do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2012), existem hoje cerca de 100.459 servidores públicos nas três esferas de poder no estado de Rondônia. Daquele total, 67.322 atuam no município de Porto Velho. Ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), somente 20% desses servidores têm graduação e pós-graduação, o que demonstra o público potencial a ser atendido por esse curso.

Os Institutos Federais trazem em seu DNA inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica, o que os habilita a um papel estratégico na formulação das políticas de educação. Os desafios da contemporaneidade exigem dos agentes envolvidos com a educação profissional e tecnológica a capacidade de articular a ação docente com os processos mais amplos da gestão escolar. A partir disso, é necessário refletir acerca das instituições públicas nas dimensões estratégicas, administrativas e de liderança. Neste contexto, é necessário proporcionar a formação profissional para atuar no cotidiano das organizações públicas, gerindo de forma estratégica a dinâmica organizacional e sendo o propulsor de projetos que melhorem e transformem a realidade atual.

O Art. 3º da Portaria nº 1.430/2018 aponta que o curso de formação poderá ser ofertado de forma modular ou em versão única, em formato de graduação, aperfeiçoamento e de pós-graduação.

*Art. 3º Os cursos de formação poderão ser realizados de forma modular ou em versão única, com carga horária total mínima de cento e oitenta horas.*

...

*§ 2º Os cursos de graduação, de aperfeiçoamento e de pós-graduação lato e stricto sensu na área de Gestão/Administração Pública serão considerados válidos para o atendimento do inciso III do § 1º do art. 13 da Lei nº 11.892, de 2008.*

Portanto, optar pela formação em cursos de pós-graduação *lato sensu* permite o aperfeiçoamento do profissional, de modo que ele atue com domínio sobre uma área específica e possa desenvolver atividade com exímio conhecimento - neste caso, ao conceber e aplicar as estratégias organizacionais para otimizar a gestão pública.

Assim, ofertar cursos que confirmam competências para o exercício com especialidade em determinada área é um dos objetivos dos Institutos Federais. Deste modo, o IFRO, assumindo seu compromisso social de oferecer ensino, pesquisa e extensão, apresenta uma proposta para suprir lacunas de formação de profissionais na área de gestão de instituições educacionais, pautada no desenvolvimento de habilidades específicas que o mundo do trabalho requer. Ao mesmo tempo, faculta ao seu público-alvo uma preparação para a continuidade dos estudos, com vistas à formação cultural, humanística e sociológica.

É para cumprir esta perspectiva que se apresenta a Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Instituições Públicas, que busca ofertar conhecimentos necessários sobre as organizações públicas e a legislação, o comportamento humano nas organizações, a gestão financeira e orçamentária em organizações públicas, o planejamento estratégico e a implementação de políticas públicas capazes de habilitar o profissional para atuar de modo a renovar as instituições no prisma da excelência e da qualidade em seus serviços, buscando o fim maior constitucionalmente erigido que é o bem comum.

Deste modo, em consonância com a missão e os objetivos legais definidos para os Institutos Federais, essa formação contribuirá para a atualização e o desenvolvimento de práticas com base em novos conhecimentos, habilidades e competências direcionadas a diferentes experiências no mundo do trabalho das instituições de ensino brasileiras.

#### 5. OBJETIVOS

### 5.1. **Objetivo geral**

Habilitar os discentes para atuarem como gestores de instituições públicas, buscando desenvolver competências para liderar, articular, gerir e pensar de forma estratégica e inovadora a ação governamental, considerando os desafios e as perspectivas da administração pública federal, estadual e municipal, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

### 5.2. **Objetivos específicos**

- Apresentar a estrutura e o funcionamento das instituições públicas no Brasil;
- Identificar princípios, metodologias e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento nas instituições públicas;
- Discutir estratégias inovadoras para a gestão de instituições;
- Oportunizar a construção de habilidades e competências pertinentes às atividades de planejamento da gestão pública;
- Empregar instrumentos de planejamento estratégico;
- Utilizar as técnicas de planejamento que viabilizem padrões de qualidade e produtividade na res publica;
- Favorecer o desenvolvimento de pesquisas sobre gestão com vistas à qualificação dos profissionais e à melhoria do desempenho das instituições públicas;
- Desenvolver competências gerenciais e visão sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções aos problemas das instituições públicas.

## 6. **PÚBLICO-ALVO**

O curso é dirigido a servidores públicos que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes nas instituições públicas, e que possuam graduação em curso de nível superior certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

## 7. **FORMA DE INGRESSO**

As formas de ingresso serão definidas via edital público, onde constarão as especificidades do processo seletivo e requisitos mínimos exigidos para ingresso no curso.

## 8. **PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO**

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu Master Business Administration* em Gestão de Instituições Públicas deve, ao final do curso, ser capaz de liderar, articular, gerir e pensar de forma administrativa e estratégica.

O egresso deve ser preparado para atuar na elaboração, execução, no acompanhamento e na avaliação de políticas, programas e projetos na gestão das instituições públicas, agregando à prática profissional os conhecimentos teóricos adquiridos no curso, contribuindo para a administração financeira, orçamentária e estratégica da organização.

## 9. **PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO**

### 9.1. **Concepção pedagógica**

A concepção do curso baseia-se nas diferentes dimensões da atuação do gestor nas instituições, considerando o trabalho como princípio educativo e como práxis dessa formação continuada. Os instrumentos permanentes de um processo educativo são o poder de construção do conhecimento e a utilização da educação como mecanismo de transformação pessoal, profissional e social. É com este propósito que se apresenta a qualificação do profissional que atua nas instituições públicas, de modo que seja capaz de atuar com propriedade, em posse das habilidades e competências necessárias à transformação da prática baseada no planejamento estratégico, o que resulta numa gestão pública eficaz.

A metodologia propiciada pelo curso deverá fomentar a reflexão da prática profissional do gestor, discutir e sistematizar essas experiências, estabelecendo diálogos permanentes entre o espaço de sua atuação profissional e os conhecimentos (re)significados a partir dos componentes curriculares desse curso. A educação e a formação profissional aliam-se ao contexto social na composição da tríade educativa.

Neste processo, eis que, na perspectiva de Lévy (1999), não se pode mais conceber o mundo sem tecnologia. As tecnologias intelectuais amplificam, exteriorizam e modificam várias funções cognitivas humanas como a memória, a imaginação, a percepção e o raciocínio, além de favorecerem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

É patente que a educação se faz por meio da prática, que precisa estar constantemente atualizada e devidamente abalizada na doutrina pedagógica, nas diretrizes curriculares e nas metodologias didáticas que promovem o processo educativo de construção e desenvolvimento de habilidades e competências humanas, sociais e profissionais (GARDNER, 2012). É condição da práxis educativa conceber, construir, utilizar e gerir as atividades e recursos, seu acompanhamento efetivo e a análise de seus resultados, posto que é “o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens” (SAVIANI, 1991, p 21).

O ato educativo no Instituto Federal de Rondônia, em qualquer de suas modalidades, deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos.

Com vistas a atender a evolução tecnológica, ampliar as oportunidades educacionais e oferecer qualificação em caráter de especialização, reconhece-se que a proposta metodológica está composta de forma a proporcionar a formação integral do estudante por meio da atualização profissional, buscando contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático, crítico e político - pois, na perspectiva de Paulo Freire (2012):

Ensinar exige rigorosidade metódica: o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes.

Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição, por parte dos educandos, de que o educador já teve ou continua tendo a experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser.

A ideia de mediação, na perspectiva de Vygotsky, é compreendida como inerente ao processo educativo e, no atual contexto, imprescindível ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs); exatamente por isso, deve-se privilegiar o uso de estratégias que possibilitem a postura crítica, ética, solidária e criativa articulada à implementação de tecnologias, em especial aquelas que permitam ao aluno desenvolver-se de forma autônoma, tornando-o o agente ativo do seu processo educativo.

Para efetivar um processo educativo que atenda a estes propósitos, que se estruture em curto prazo, com prevalência da justa qualidade em um currículo articulado com as demandas das tecnologias e destinado a habilitar profissionais capazes de promover uma gestão pública estratégica, aliada aos princípios da excelência, apresenta-se o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu MBA* em Gestão de Instituições Públicas como conceito e prática de complementação e potencialização educacional e profissional.

## 9.2. Equipe multidisciplinar

O curso contará com o suporte, quando ofertado por meio de parcerias, convênios ou outros financiamentos, de uma equipe multidisciplinar formada por supervisão pedagógica, revisão textual, tutores e outras funções que sejam necessárias para dar suporte ao curso.

## 9.3. Metodologia

O curso tem duração de 380 (trezentas e oitenta) horas, nas quais estão computadas o tempo de aula e as atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - como apoio de tutoria para o estudo individual ou em grupo e para a elaboração e defesa do trabalho de conclusão do curso (TCC).

A proposta baseia-se numa prática educacional como ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de informação e comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber. Para isso, será utilizado um conjunto de TICs nas relações entre docente e aluno, desdobrando-se em novas relações com o conhecimento - as quais apontam para uma marca da EaD, cuja concepção se baseia na ideia de autoaprendizagem ou de autonomia; tal concepção está centrada no “sujeito aprendiz, considerado como um indivíduo autônomo, capaz de gerir seu próprio processo de aprendizagem” (BELLONI, 1999, p. 6).

Dessa maneira, há vantagens em estudar onde e quando for mais conveniente e adequado, livre da rigidez das rotinas escolares; porém, cabe destacar que isso exige, em contrapartida, a maturidade do aluno no “gerenciamento” de suas práticas de aprendizagem ou estudo, resultando num sujeito ou aprendiz autônomo.

Soma-se à proposta o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação, com a utilização de ferramentas disponibilizadas no contexto das novas TICs, tais como vídeos, fóruns, chats e a biblioteca (física e virtual), o que possibilita aos cursistas desenvolver a autonomia da aprendizagem com mais facilidade para buscar informações e construir conhecimentos.

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado na programação de palestras e debates com gestores convidados, por meio de web conferências e outras ferramentas de transmissão on-line, fomentando a reflexão sobre assuntos que estão no estado da arte, recebendo atenção especial dos dirigentes públicos.

## 9.4. Aspectos metodológicos

O curso será ofertado a distância, composto por dez disciplinas integradas. Os materiais didáticos das aulas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde também estarão as atividades a serem desenvolvidas (atividades de percurso e avaliação de verificação de conhecimento), os materiais complementares, comunicados, notas e acesso para comunicação entre alunos e tutores a distância.

Haverá os momentos presenciais de avaliação, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Haverá atendimento remoto, com a utilização de ferramentas específicas do AVA, para sanar dúvidas de conteúdo, por parte dos tutores, e dúvidas quanto às questões técnico-administrativas, por parte dos tutores administrativos. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio AVA. A falta de acesso ao ambiente configura ausência e não cumprimento das atividades obrigatórias do curso, o que pode acarretar a reprovação do aluno.

Os componentes curriculares serão ofertados de acordo com o calendário acadêmico, bem como as avaliações e as defesas de TCCs. Cada componente será disponibilizado no AVA, com a respectiva carga horária de realização das atividades.

Assim, a estrutura é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios de autonomia, cooperação e interação e com o uso de recursos tecnológicos como suporte, composta pelo seguinte itinerário:

Acesso às web aulas;

Estudos a distância: atividades de percurso e avaliação de verificação de conhecimento;

Apresentação do trabalho de conclusão de curso.

- Web aulas: aulas gravadas, vídeos, tutoriais, com transmissão via internet, às quais o aluno poderá assistir a partir de seu próprio computador. Os recursos serão disponibilizados no AVA, conforme cronograma;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina;
- Estudos a distância: os estudos a distância estarão apoiados nas avaliações de percurso, avaliações de verificação de conhecimento e no aprofundamento em materiais de apoio – atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do AVA;
- Avaliação: são obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso; compreendem as avaliações em cada disciplina da grade e a defesa oral do TCC. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário;
- TCC: compreende a elaboração escrita e a defesa oral de alguma das atividades elencadas na seção 10, sendo apto o aluno que obtiver o cumprimento integral da matriz curricular. O TCC observará a Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015, que normatiza os Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Rondônia.
- Tutores administrativos: auxiliam os alunos quanto às questões acadêmicas e administrativas;
- Tutores das disciplinas: esclarecem dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Têm a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; assistir os alunos nas atividades; e acompanhar as atividades do AVA.

O aluno deve assistir às aulas e cumprir as atividades – o não cumprimento do calendário programado acarretará reprovação do aluno nas disciplinas. Posteriormente, deve realizar as avaliações e a defesa de TCC, que são obrigatórias; as avaliações seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico.

## 9.5. Aspectos tecnológicos

Será disponibilizado um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma MOODLE. O AVA é um espaço na internet formado pelos sujeitos e suas interações e formas de comunicação que se estabelecem através de uma plataforma (BEHAR; PASSERINO; BERNADI, 2007, p. 6). O conceito de plataforma é aqui entendido como uma infraestrutura tecnológica constituída por funcionalidades e interface gráfica que compõe o AVA. Neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades e avaliações, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina. Neste sentido, o ambiente virtual onde ocorrerá a interação entre os sujeitos e a disponibilização de recursos, atividades, textos e vídeos será a plataforma MOODLE, configurada conforme as necessidades específicas deste curso. Além dos recursos voltados à interação e à realização de atividades, serão postados os seguintes vídeos/textos no AVA: vídeo de apresentação da disciplina, vídeo de orientações das atividades, textos em PDF que serão as leituras basilares das disciplinas, vídeos sugeridos pelos professores, postados na Estante de Vídeos, material instrucional elaborada pelo professor da disciplina.

## 9.6. Avaliação da aprendizagem

A avaliação do acadêmico será realizada como parte integrante do processo educativo; acontecerá ao longo do curso, de modo a permitir reflexão-ação-reflexão na perspectiva de regulação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa (PERRENOUD, 2010).

A avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do aluno, é um recurso metodológico de reorientação dos processos de ensino e aprendizagem, e encaminha para um processo dialógico, cooperativo, interativo, em que professor e aluno aprendem juntos, o que possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Neste curso, o modelo de avaliação deve considerar o ritmo e o estilo de aprendizagem do aluno, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Serão utilizados, principalmente, métodos e instrumentos como estudos de caso, avaliações individuais, mapas conceituais, desenvolvimento de projetos, seminários, elaboração de artigos e apresentação do trabalho final.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem); será aprovado o estudante que obtiver uma média final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem deverá priorizar a aplicabilidade do conhecimento e das habilidades e competências desenvolvidas ao longo das disciplinas; deve considerar a apropriação dos conteúdos; a apropriação e aplicação de métodos e técnicas participativas e suas variações; e a apropriação e aplicação de modelos de participação coletiva.

O percentual da avaliação e das atividades seguirá o Art. 56 da Resolução nº 17/REIT-CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018 – Regulamento da Organização Acadêmica nos Cursos de Pós-Graduação.

Farão jus ao certificado de MBA em Gestão de Instituições Públicas apenas o aluno que obtiver aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) em todas as disciplinas e tiver realizado as atividades disponibilizadas no ambiente virtual, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos e assegurados.

#### 9.7. Avaliação do curso

A avaliação do curso deverá favorecer o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

As dimensões de avaliação do curso são: avaliação de desempenho dos professores e a avaliação da coordenação. A avaliação de desempenho dos professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, dentre outros. A avaliação da coordenação será feita pelos estudantes e por todos os professores que atuam no curso; serão avaliadas a capacidade de resolução de problemas, a organização e a empatia da coordenação.

#### 9.8. Aproveitamento de estudos

O aproveitamento de estudos e certificação ocorrerá conforme o que estabelecem as normativas do IFRO e a legislação em vigor. Nesse sentido, poderá ocorrer o aproveitamento de disciplinas de acordo com a oferta do curso, considerando a realidade da instituição que as ofereceu e a análise realizada pela comissão coordenadora do curso, de acordo com a matriz curricular, ementa, referências e carga horária do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Instituições Públicas do IFRO, conforme as orientações contidas na Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

O aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino.

As disciplinas de pós-graduação cursadas em outras instituições ou no próprio IFRO poderão ser aceitas, mediante aprovação da coordenação de curso, juntamente com os professores da disciplina, conforme Art. 82 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

#### 9.9. Certificação

Ao concluir todas as etapas do curso com aproveitamento e aprovação no trabalho de conclusão de curso, o aluno fará jus ao título de especialista em Gestão de Instituições Públicas.

O aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo definido no projeto pedagógico, e atingir no mínimo 180 horas no curso fará jus ao certificado de aperfeiçoamento, conforme o Art. 92 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

### 10. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Instituições Públicas, ao final do curso, deverá ser capaz de atuar na elaboração, execução, no acompanhamento e na avaliação de políticas, programas e projetos, atuando de forma estratégica na gestão das organizações públicas de forma a agregar à prática profissional os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

### 11. O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) constitui-se como atividade curricular obrigatória e compreende a elaboração e a apresentação, preferencialmente, de um projeto desenvolvido ao longo do curso, cujo foco será um determinado desafio identificado ao longo do curso ou pela própria vivência e experiência profissional do cursista.

O TCC oportuniza aos alunos discutir o desenvolvimento de um estudo a ser apresentado publicamente. O resultado da execução do referido projeto poderá ser, conforme Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015:

- Projeto de pesquisa, com a perspectiva de prosseguir os estudos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, a ser defendido em arguição;
- Projeto de inovação de processo ou produto e artefato ou protótipo, abrangente e estratégico para a sociedade e para a área de conhecimento do curso, neste caso, acompanhado do projeto e do relatório de pesquisa desenvolvida para a confecção do artefato ou protótipo, a serem defendidos em arguição;
- Pesquisa científica no formato de artigo;
- Projeto de extensão.

Haverá um grupo de professores responsáveis pela orientação dos TCCs e um professor responsável pela disciplina TCC. Assim, o TCC será orientado por um professor que integra o corpo docente do curso e deverá ser apresentado para a integralização do curso, após a conclusão de todas as disciplinas previstas na matriz curricular. Ele expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento docente no projeto.

A composição da banca de professores e o agendamento da apresentação do TCC devem estar definidos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias na coordenação do curso.

A defesa será feita por banca examinadora composta pelo orientador e dois docentes, e pode ser presencial. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: aprovado, aprovado com restrições ou reprovado e notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. No caso da aprovação com ressalvas, será concedido ao aluno o prazo de, no máximo, 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora.

### 12. MATRIZ CURRICULAR

A presente matriz curricular do curso buscou contemplar os seguintes objetivos de aprendizagem, previstos no Art. 4º da Portaria nº 1.430/2018 do MEC:

Art. 4º Para ofertar o curso de formação de que trata esta Portaria, a instituição deverá observar, também, os seguintes objetivos de aprendizagem:

- a) Estado Brasileiro e suas transformações;
- b) Gestão pública contemporânea;
- c) Implementação de políticas públicas;
- d) Orçamento e finanças públicas;
- e) Liderança e comunicação;
- f) Planejamento e gestão estratégica; e
- g) Inovação no setor público.

O curso encontra-se estruturado em dez disciplinas, divididas em três módulos. Cada disciplina será ministrada ao longo de quatro semanas, conforme organização a seguir:

**Quadro 1: Matriz curricular**

Módulo	DISCIPLINAS	CH
Módulo I	Metodologia da Pesquisa Científica	40
	Comportamento Humano nas Organizações	40
	Planejamento Estratégico no Setor Público	40
	Gestão Estratégica de Organizações Públicas	40
	Indicadores e Métricas na Gestão Pública	40
Módulo II	Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Públicas	40
	Sistema de Controle na Administração Pública	40
	Gestão de Projetos	40
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	40
Módulo III	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	20
<b>Total</b>		<b>380</b>

### 13. EQUIPE DE PROFESSORES

De acordo com o Regulamento Geral de Cursos de Pós-Graduação do IFRO e com a Resolução CNE/CES nº 01/2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente. Será constituído, prioritariamente, por docentes do IFRO, mas profissionais de outras instituições poderão integrar o projeto, desde que não ultrapassem 1/3 (um terço) do total de docentes.

### 14. ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Conforme o Art. 9, da Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 8 de maio de 2015, a Pós-Graduação no IFRO está organizada em três níveis de gestão:

- I- Coordenação Geral de Pós-Graduação PROPESP/Reitoria: fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pós-graduação do IFRO;
- II- Coordenação de Pós-Graduação: fomentar e acompanhar as atividades da pós-graduação do *Campus*;
- III- Coordenação de Curso: coordenar, fomentar, executar e acompanhar ações no âmbito do curso.

#### 14.1. Coordenação do curso

À coordenação do curso compete:

- Convocar e presidir as reuniões da comissão coordenadora, com direito ao voto de qualidade;
- Quando convocada, representar a comissão em reuniões da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e do Colégio de Dirigentes;
- Executar as deliberações da comissão e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Instituições Públicas;
- Indicar, dentre os membros da comissão coordenadora do curso, um coordenador adjunto;
- Comunicar à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP) qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do curso, solicitar e indicar correções necessárias;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida à análise da comissão;
- Decidir sobre matéria de urgência ad referendum da comissão coordenadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Instituições Públicas e encaminhada ao colegiado para a aprovação no período regimental do IFRO.

#### 14.2. Comissão coordenadora do curso

A comissão coordenadora do curso é constituída por três membros: Aloir Pedruzzi Junior, Jonimar da Silva Souza e Patrícia Feitosa Basso Miranda. A esta comissão compete:

- Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do curso, conforme estabelecem as suas normas e este projeto pedagógico;

- Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão de Instituições Públicas;
- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas do curso;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes;
- Elaborar e apresentar à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP) um relatório, destacando os principais pontos positivos e negativos da realização do curso, inclusive com sugestões, caso haja nova oferta do curso, para discussão e avaliação;
- Designar orientador para os alunos do curso.

#### 14.3. **Diretoria de Ensino (DE)**

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

#### 14.4. **Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)**

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

#### 14.5. **Coordenação de Biblioteca (CBIB)**

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

#### 14.6. **Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)**

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

Já a Coordenação de Pós-Graduação promove, estrutura e coordena os cursos de pós-graduação a serem implementados no *campus*.

#### 14.7. **Departamento de Produção de EAD (DEPEaD)**

Articula-se com as diretorias e demais departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. Conta com as seguintes seções de apoio:

##### 14.7.1. **Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA)**

Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, a inovação e a manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

##### 14.7.2. **Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI)**

Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, a organização, a formatação e o desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para educação a distância.

##### 14.7.3. **Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA)**

É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive a instalação e a renovação de cenários, além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção.

O Departamento de Produção de EaD tem ainda, como serviços específicos articulados com o Departamento de Apoio ao Ensino:

Revisão de Língua e Linguagem: analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

Coordenação de Gestão de Polos: gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *campi* e coordenadores de polos.

##### 14.7.4. **Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI)**

A Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI), vinculada à Direção-Geral, é o setor com a finalidade de criar e manter condições de funcionamento das atividades ligadas à tecnologia da informação no *campus*, bem como desenvolver serviços e prover suporte especializado a ensino, pesquisa, extensão e administração, visando ao desenvolvimento de suas atividades laborais.

### 15. **AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE**

#### 15.1. **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é desenvolvido no *Campus* Porto Velho Zona Norte como ferramenta de suporte pedagógico e de complementação de carga horária. Nos cursos de pós-graduação, pode ser utilizado com esta finalidade conforme a disposição no edital de oferta.

Quando da utilização, seu objetivo é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual e mediante prévio cadastro do acadêmico.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD e, para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e visualização. É disponibilizado o acesso aos serviços de: informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das aulas, materiais complementares, contatos.

#### 15.2. **Sistema Acadêmico-Administrativo**

O Sistema Acadêmico-Administrativo é o aplicativo que auxiliará a gestão acadêmica de matrícula, lançamento de notas e vinculação de professores e tutores, norteando os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado para interface entre instituição e polos de ensino, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

#### 15.3. **Biblioteca**

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

Na biblioteca, é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. A biblioteca disponibiliza consulta online ao Gnuteca, acesso a bases de dados, periódicos e portais educacionais.

#### 15.4. Laboratória de informática

O advento da tecnologia trouxe inúmeras ferramentas que possibilitam aos gestores das organizações o planejamento mais detalhado, com o objetivo de minimizar erros. Desta forma, o uso de laboratórios de informática será de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisa e atividades propostas pelas disciplinas constituintes do curso.

O *campus* conta com três laboratórios de informática, equipados por 20 computadores cada um. O software instalado é o Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores.

#### 15.5. Equipamentos de segurança

O *campus* onde serão ministradas as aulas possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como: extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

#### 15.6. Recurso de hiperídia

Há os seguintes recursos de hiperídia nos polos: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras, *scanners*, entre outros.

### 16. EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem como exemplo para análise e seleção. Mas devem ser considerados, ainda, todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados e determinantes como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino federal.

a) Resolução CNE/CES nº 01/2018: estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização;

b) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

c) Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004: regulamenta o parágrafo 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996;

d) Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017: regulamenta a oferta de educação a distância, conforme o Art. 80 da Lei nº 9.394/1996;

e) Lei nº 11.892/2008: cria os Institutos Federais;

f) Resolução Normativa nº 34/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): regulamenta a atribuição de direitos sobre criações intelectuais originadas a partir dos instrumentos de fomento - auxílios e bolsas - disponibilizados pelo CNPq e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção, conferidos a estas criações;

g) Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

h) Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018: dispõe sobre o Regulamento de Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

i) Resolução nº 08/CONSUP/IFRO/2015: dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

j) Resolução nº 14/CONSUP/IFRO, de 2 de julho de 2015: dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;

k) Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 3 de julho de 2015: dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;

l) Resolução nº 26/CONSUP/IFRO, de 22 de julho de 2015: regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa (PIP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

m) Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 6 de agosto de 2015: Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

n) Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>;

o) Portaria MEC nº 328, de 1º de fevereiro de 2005: dispõe sobre o Cadastro de Pós-Graduação *Lato Sensu* e define as disposições para sua operacionalização;

p) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: aprova o Plano Nacional de Educação;

q) Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 6 de abril de 2018: Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - 2018-2022.

### 17. EMENTAS

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Metodologia da Pesquisa Científica	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Compreender o instrumental analítico e metodológico para planejar, executar e avaliar projetos e pesquisas em gestão pública.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer o processo de pesquisa científica;</li> <li>• Discutir as alternativas metodológicas mais apropriadas a cada caso investigado;</li> <li>• Entender as etapas do processo de pesquisa, identificando os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos;</li> <li>• Identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciência e pesquisa;</li> <li>• Planejamento de pesquisa científica;</li> <li>• Tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica;</li> <li>• Coleta e análise dos dados;</li> <li>• Projeto de pesquisa.</li> </ul>
<b>Referências básicas</b>
<p>CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. <b>Metodologia científica</b>. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hill, 2007.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>VERGARA, Sylvia C. <b>Métodos de pesquisa em administração</b>. São Paulo: Atlas, 2005.</p>
<b>Referências complementares</b>
<p>BABBIE, Earl. <b>Métodos de pesquisa de Survey</b>. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.</p> <p>CRESWELL, John W. <b>Projeto de pesquisa</b>: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. <b>O planejamento da pesquisa qualitativa</b>: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>KÖCHE, José Carlos . <b>Fundamentos de metodologia científica</b> : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014</p> <p>SIENA, Osmar. <b>Metodologia da pesquisa científica</b>: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em: <a href="http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf">http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf</a>.</p>

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Comportamento Organizacional no Setor Público	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Compreender os diversos elementos do comportamento humano dentro das organizações, a interação gerada em grupo e os resultados que podem ser obtidos na gestão.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer o processo que possibilitou a evolução do enfoque comportamental na gestão das organizações;</li> <li>• Relacionar os fatores que permeiam a convivência em grupo;</li> <li>• Estabelecer os parâmetros da atuação do líder e os aspectos que envolvem a liderança no ambiente organizacional.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução da gestão de pessoas;</li> <li>• O servidor público e suas particularidades;</li> <li>• Liderança e motivação de pessoas;</li> <li>• Gestão de equipes;</li> <li>• Poder e cultura nas organizações públicas;</li> <li>• Competência;</li> <li>• Aprendizagem organizacional;</li> <li>• Gestão de conflitos e negociação;</li> <li>• Ética;</li> <li>• Comunicação organizacional.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
<p>BOWDITCH, James L. <b>Elementos de comportamento organizacional</b>. 9. ed. reform. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>DUTRA, Joel S.; FLEURY, Maria Teresa L.; RUAS, Roberto. <b>Competências</b>: conceitos, métodos e experiências. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>VECCHIO, Robert P. <b>Comportamento organizacional</b> : conceitos básicos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p>	
<b>Referências complementares</b>	
BERGUE, Sandro Trescastro. <b>Gestão de pessoas em organizações públicas</b> . 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul: Educs, 2010.	

LONGO, Franciso. **Mérito e flexibilidade**: a gestão das pessoas no setor público. São Paulo: FUNDAP, 2007.

LONGO, Franciso. **Metodologia para avaliação da gestão dos recursos humanos no setor público**. Trad. José Mariano Tavares Júnior. Natal: SEARH/ RN, 2007.

NOGUEIRA, Maria da Glória Gonçalves; SILVA, Marlene Figueira da. **A remuneração do servidor público**: elementos para definição da hierarquia e remuneração de cargos e carreira. Campo Grande: UNIDERP, 2007.

PACHECO, Regina Silvia. Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-2002. **Revista do Serviço Público**, Brasília: ENAP, v. 53, n. 4, p. 79-106, out./dez. 2002.

PIRES, Alexandre Kalil et al. **Gestão por competências em organizações de governo**: mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2005.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Planejamento Estratégico no Setor Público	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Conhecer as principais definições e ações de planejamento estratégico nas organizações públicas.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento estratégico e às legislações aplicadas;</li> <li>• Identificar suas aplicações no planejamento estratégico do setor público;</li> <li>• Aplicar ferramentas de planejamento estratégico nas instituições públicas.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico e evolução da estratégia;</li> <li>• Principais interpretações da gestão e do planejamento estratégicos;</li> <li>• Planejamento como função administrativa;</li> <li>• Níveis de planejamento;</li> <li>• Tipos de planos;</li> <li>• Planejamento estratégico e seus desdobramentos;</li> <li>• Regulamentação legal.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
<p>CARNEIRO, Margareth F. Santos. <b>Gestão pública</b>: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. <b>Planejamento estratégico</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. <b>Planejamento estratégico público ou privado</b>: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>	
<b>Referências complementares</b>	
<p>ANDRADE, Nilton de Moraes. <b>Planejamento governamental para municípios</b>: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>BEPPLER, Mônica Kùlkamp; PEREIRA, Maurício Fernandes; COSTA, Alexandre Marino. Discussão conceitual sobre o processo de estratégia nas organizações: formulação e formação estratégica. <b>Revista Ibero-Americana de Estratégia</b>, v. 10, n. 1, p. 128-46, 2011.</p> <p>BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil</b>. Brasília: Senado Federal, 2016.</p> <p>BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. <b>Diário Oficial da União</b>, Brasília, 27 fev. 1967. Suplemento.</p> <p>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. <b>Instrumento de avaliação da gestão pública – ciclo 2008-2009</b>. Brasília: MP/SEGES, 2009</p> <p>PARSON, Mary Jean. <b>Planejamento</b>: de volta às origens. São Paulo: Best Seller, 1988.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. <b>Planejamento estratégico público ou privado</b>. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>SILVA, Flávia de Araújo; GONÇALVES, Carlos Alberto. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. <b>Revista de Administração da UFSM</b>, v. 4, n. 3, p. 458-76, 2011.</p> <p>VERGANA, Sylvania Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. <b>Propostas para uma gestão pública municipal efetiva</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.</p>	

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Gestão Estratégica de Organizações Públicas	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Compreender os principais conceitos, métodos estratégicos e sua aplicabilidade para o alcance de objetivos na gestão pública.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender os conceitos básicos relativos à gestão estratégica em organizações públicas;</li> <li>• Identificar métodos e técnicas de gestão estratégica aplicáveis ao setor público;</li> <li>• Analisar a contribuição e a efetividade da gestão estratégica para o alcance de objetivos na gestão pública.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado Brasileiro e suas transformações;</li> <li>• Gestão pública contemporânea;</li> <li>• Globalização e vantagens regionais;</li> <li>• Informação, conhecimento e estratégia;</li> <li>• Estratégia e aprendizagem;</li> <li>• Estratégia e sustentabilidade;</li> <li>• A estratégia como processo complexo nas organizações públicas;</li> <li>• Inovação no setor público;</li> <li>• Ferramentas de comunicação com a sociedade.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
<p>FERNANDES, Bruno H. R. <b>Administração estratégica</b>. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>LIMA, Paulo D. B. <b>A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia da GESPÚBLICA</b>. São Paulo: Quality Mark, 2007.</p> <p>MARTINS, Paulo Emílio Matos. PIERANTI, Octávio P. <b>Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo</b>. 2e. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>	
<b>Referências complementares</b>	
<p>BOAR, B. <b>Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico</b>. São Paulo: Berkeley, 2002.</p> <p>HUNGER, J. David. <b>Gestão estratégica: princípios e práticas</b>. 2.ed. Rio de Janeiro: Reichmann &amp; Affonso Editores, 2002;</p> <p>JUDGE, Timothy A.; ROBBINS, Stephen Paul; SOBRAL, Filipe. <b>Comportamento organizacional</b>. 14.ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.</p> <p>MINTZBERG, H. <b>Ascensão e queda do planejamento estratégico</b>. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <b>Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas</b>. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p>	

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Indicadores e Métricas na Gestão Pública	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Estabelecer metodologia para o desenvolvimento de indicadores institucionais.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender conceitos e aplicações de indicadores;</li> <li>• Identificar critérios de classificação de indicadores.</li> <li>• Discernir os principais atributos de um sistema de medição de desempenho institucional.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceitos, tipos e características de indicadores de desempenho;</li> <li>• Classificação de indicadores;</li> </ul>	

- Critérios de construção de sistemas de medição de desempenho;
- Funções, utilidades e aplicabilidade dos indicadores.

#### Referências básicas

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores de Programas:** guia metodológico. Brasília: MP/SIP, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. **Indicadores de desempenho:** Estruturação do Sistema de Indicadores Institucionais. 3.ed. São Paulo: FNQ, 2012.

SILVA, Christian L.; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

#### Referências complementares

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores:** orientações básicas aplicadas à gestão pública. Brasília: MP/SPI, 2012.

ECCLES, Robert. The performance measurement manifesto. **Harvard Business Review**, v. 69, n.1, p. 131-7, jan./fev. 1991.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas:** o modelo lógico do Programa Segundo Tempo. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para discussão 1369)

GASPARINI, Liz V. L. **Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável:** um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis: UFSC, 2003.

GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas. **Anais do Encontro Nacional De Estudos Populacionais, XIV**, 2005, Caxambu: ABEP, 2005.

JANNUZZI, Paulo. M. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

KIYAN, Fábio Makita. **Proposta de desenvolvimento de indicadores de desempenho como suporte estratégico.** 2001. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

MACHADO, Nelson. **Sistema de informação de custo:** diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005.

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Públicas	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Compreender o ciclo de planejamento orçamentário e financeiro das organizações públicas do Brasil.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os fundamentos da gestão orçamentária e financeira;</li> <li>• Entender as peças orçamentárias;</li> <li>• Interpretar demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundamentos do estudo de orçamentos e finanças públicas: evolução, princípios e conceitos fundamentais;</li> <li>• O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil: plano plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;</li> <li>• Práticas orçamentárias participativas;</li> <li>• Sistema de execução e acompanhamento da gestão pública: patrimonial, orçamentário, financeiro e compensação.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
BEZERRA FILHO, João Eudes. <b>Orçamento aplicado ao setor público:</b> abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. GIACOMONI, James. <b>Orçamento público.</b> 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. PALUDO, Augustinho. <b>Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF.</b> 4. ed. São Paulo: Elsevier/Método, 2013.	
<b>Referências complementares</b>	
ALMEIDA, Paulo R. <b>A experiência brasileira em planejamento econômico:</b> uma síntese	

histórica, 2004. (Mimeo).

ALBUQUERQUE, C. M. de; MEDEIROS, M. B.; SILVA, P. H. F. da. **Gestão de finanças públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. Brasília: Cidade, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2013.

GONDIM, FÁBIO. **Administração financeira e orçamentária**. 2004. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/viewFile/1420/1246>. Acesso em: 04/04/2019.

JUND, Sergio. **Administração financeira e orçamentária**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2008.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Lei de Responsabilidade Comentada**. 4. ed. Brasília: Vest-Con, 2007.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-88, mar./abr. 2006.

PALUDO, Augustinho. **Orçamento público e administração financeira e orçamentária**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

RECEITA Federal do Brasil. **Carga Tributária no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov/>. Acesso em: 04/04/2019.

RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **Administração financeira e orçamentária**. Brasília: Vestcon, 2003. (v. 1)

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b>	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas de Ensino	
<b>Disciplina:</b> Sistema de Controle na Administração Pública	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Conhecer o sistema de controle da administração pública.	
<b>Objetivos específicos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever os mecanismos de transparência e controle;</li> <li>• Identificar os órgãos integrantes do sistema de controle;</li> <li>• Diferenciar o sistema de prestação de contas públicas.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspectos da governança corporativa: conceitos e princípios básicos;</li> <li>• Governança na gestão pública no Brasil;</li> <li>• Prestação de contas de governo e gestão;</li> <li>• Tomada de contas e tomada de contas especial;</li> <li>• Sistema de controle na administração pública: controle interno, externo e social.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
PEREIRA, José Matias. <b>Governança no setor público</b> . São Paulo: Atlas, 2010. GOMES, Ana Paula. <b>Elementos de auditoria governamental</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. <b>Manual de auditoria governamental</b> . São Paulo: Atlas, 2014.	
<b>Referências complementares</b>	
CRUZ, Flávio da. <b>Auditoria Governamental</b> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. <b>Fundamentos de auditoria governamental e empresarial</b> . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. GUERRA, Evandro Martins. <b>Os controles externo e interno da Administração Pública</b> . 2. ed. rev. ampl. 2 reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2011. QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; MENDES, Roselaine da Cruz. <b>Contabilidade pública</b> : de acordo com as novas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2011. PINHO, Ruth Carvalho de Santana. <b>Fundamentos de auditoria</b> : auditoria contábil, outras aplicações de auditoria. São Paulo: Atlas, 2007. QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro; ROCHA, Arlindo Carvalho. <b>Auditoria governamental</b> . Curitiba: Juruá Editora, 2008. PRADO, Sérgio. Transferências intergovernamentais na Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma. In: FÓRUM FISCAL DOS ESTADOS BRASILEIROS. <b>Caderno Fórum Fiscal n° 6</b> , p. 11-40. Disponível em: <a href="http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Fiscal_dos_Estados_2.htm">http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Fiscal_dos_Estados_2.htm</a> .	

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Gestão de Projetos	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Compreender os principais conceitos, métodos e aplicações da gestão de projetos em organizações públicas	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender os conceitos e etapas da gestão de projetos;</li> <li>• Identificar métodos e técnicas de gerenciamento de projetos aplicáveis ao setor público;</li> <li>• Aplicar ferramentas e etapas da gestão de projetos na instituição pública.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição e ciclo de vida do projeto;</li> <li>• Roteiro prático para a administração de projeto;</li> <li>• Escopo do projeto;</li> <li>• Processos da administração da qualidade do projeto;</li> <li>• A equipe e o gerente do projeto;</li> <li>• Execução, controle, gerenciamento e encerramento do projeto;</li> <li>• Captação de recursos e prestação de contas.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
<p>CARVALHO, Marly Monteiro; RABECHINI Jr., Roque. <b>Fundamentos em Gestão de Projetos:</b> construindo competências para gerenciar projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. <b>Administração de projetos:</b> como transformar idéias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>Project Management Institute (PMI). <b>Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos - Guia PMbok.</b> 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>	
<b>Referências complementares</b>	
<p>CLEMENTE, Ademir (Org.). <b>Projetos empresariais e públicos.</b> 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MOLINARI, Leonardo. <b>Gestão de projetos:</b> teorias, técnicas e práticas. São Paulo: Erica, 2010.</p> <p>KRAMMES, Alexandre Golin. Gerenciamento do escopo em projetos originados por meio de licitação. <b>Revista de Gestão e Projetos</b>, v. 4, n. 3, p. 30, 2013.</p>	

<b>PLANO DE DISCIPLINA</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	<b>Carga horária:</b> 40
<b>Objetivo geral</b>	
Compreender a avaliação como uma ferramenta processual que permite acompanhamento valorativo das políticas públicas durante todo o seu ciclo de existência.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre o desenvolvimento histórico e compreender os aspectos teórico-conceituais e os diferentes tipos de avaliação de políticas e programas sociais;</li> <li>• Identificar os fundamentos teóricos e as ferramentas práticas referentes às metodologias de monitoramento de programas governamentais;</li> <li>• Elaborar projeto de avaliação e condução das etapas do processo de avaliação de políticas e programas sociais.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico, desenvolvimento, conceitos de políticas públicas e políticas sociais;</li> <li>• Relação entre a ação governamental e os processos econômicos e políticos;</li> <li>• Ciclo das políticas públicas;</li> <li>• Tipos de avaliação de políticas públicas e sociais;</li> <li>• Métodos, técnicas e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação;</li> <li>• Problemas e controvérsias no campo da avaliação de programas sociais.</li> </ul>	

Referências básicas
DIAS, Reinaldo. <b>Políticas públicas</b> : princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
QUEIROZ, Roosevelt B. <b>Formação e gestão de políticas públicas</b> . Curitiba: Intersaberes, 2012.
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta. <b>Políticas públicas no Brasil</b> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
Referências complementares
ARCOVERDE, Ana C. B. <b>Avaliação de políticas públicas</b> : elemento estratégico de gestão da coisa pública. Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas. São Luís - MA, 2009. Disponível em: <a href="http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf">http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf</a> .
BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. <b>Avaliação participativa de programas sociais</b> . São Paulo: Veras, 2000.
BASTOS, Celso R. <b>Curso de teoria do Estado e ciência política</b> . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. <b>Estado, aparelho de Estado e sociedade civil</b> . Brasília: ENAP, 1995.
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. <b>Avaliação de projetos sociais</b> . 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
DENHARDT, Robert B. <b>Teorias da administração pública</b> . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
LEJANO, Raul P. <b>Parâmetros para análise de políticas</b> . São Paulo: Arte Escrita, 2012.
RICO, Elizabeth Melo (Org.). <b>Avaliação de políticas sociais</b> . São Paulo: Cortez, 1999.
SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. <b>Sociologias</b> , Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Instituições Públicas	
<b>Disciplina:</b> Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	<b>Carga horária:</b> 20
<b>Objetivo geral</b>	
Proporcionar orientação teórico-metodológica para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. Construção de pesquisa e elaboração de artigo/TCC.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o tema investigado como um trabalho de conclusão de curso;</li> <li>• Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido junto com o orientador, para o desenvolvimento do TCC;</li> <li>• Executar e finalizar o percurso metodológico frente à questão de pesquisa, sob orientação do docente orientador;</li> <li>• Identificar os tipos de abordagens metodológicas em pesquisas científicas;</li> <li>• Reconhecer cada etapa para o desenvolvimento de um trabalho científico;</li> <li>• Realizar o relatório do trabalho de conclusão de curso.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa em educação: conceitos, métodos e aportes metodológicos;</li> <li>• O projeto de pesquisa-intervenção;</li> <li>• O relatório da pesquisa: o artigo científico;</li> <li>• As normas da ABNT para a formatação do TCC.</li> </ul>	
<b>Referências básicas</b>	
FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas Técnicas para o Trabalho Científico</b> : elaboração e formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008.	
THIOLLENT, M. <b>Metodologia da pesquisa-ação</b> . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	
WELLER, Wívia; PFAFF, Nicolle (Org.). <b>Metodologias da pesquisa qualitativa em educação</b> : teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010.	

Referências complementares
BRANDÃO, C. R. (Org.) <b>Repensando a pesquisa participante</b> . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
COSTA, M. V. (Org.) <b>Caminhos investigativos</b> . Novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.
COSTA, M. V. (Org.). <b>Caminhos Investigativos II</b> . Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

## 18. REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luíza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm).

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. LDBEN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LAIS/L9394.htm>.

BRASIL. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf).

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Integração Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/integracao-das-tecnologias-na-educacao.zip>.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS. **Evolução do Emprego Formal**. 2012. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/rais\\_anual/rais-2012.htm](http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 1.430**. De 28 de Dezembro de 2018. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496574](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496574)

IFRO. **Guia de Utilização do AVA para Cursos Presenciais com Aproveitamento de Carga Horária em EaD**. Departamento de Produção de EaD. *Campus* Porto Velho Zona Norte: IFRO, 2013.

IFRO. **Resolução nº 29/CONSUP/IFRO** de 6 de abril de 2018. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Disponível em: <http://pdi.ifro.edu.br/>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente - a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: UFSC/CAPES/UAB, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

NEWCOMER, Kathryn E. A preparação dos gerentes públicos para o século XXI. In: **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 1999.

PEREIRA, Henrique Lopes; CARVALHO, Luís. Das competências em gestão da qualidade à aprendizagem organizacional em contexto de ensino superior politécnico. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 27, p. 59-74, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n27/n27a05.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

## ANEXOS

## APÊNDICE A - Plano de ensino

IDENTIFICAÇÃO		
Curso:	Modalidade:	
Disciplina:	Ano/Semestre:	CH:
Professor:		
OBJETIVOS		

GERAL:				
ESPECÍFICOS:				
EMENTA				
AULA				
Conteúdo	Data	CH		
a)				
b)				
c)				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO AVA				
Atividade	Data de início	Data de entrega	Orientações/Tema	CH
METODOLOGIA GERAL				
RECURSOS BÁSICOS				
AVALIAÇÃO				
Critérios/Instrumentos				
REFERÊNCIAS BÁSICAS				
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES				
PARECER DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO				
<input type="checkbox"/> Deferido <input type="checkbox"/> Indeferido.				

**APÊNDICE B - TERMO DE COMPROMISSO COM O CURSO (DE CADA DOCENTE COMPROMETENDO-SE A PREPARAR MATERIAL DIDÁTICO E MINISTRAR DISCIPLINA, CUMPRINDO SUA RESPECTIVA CARGA HORÁRIA).**

**Termo de compromisso (professor)**

Eu, \_\_\_\_\_, professor (a) do Curso de \_\_\_\_\_ desta instituição, declaro para os devidos fins estar de acordo em preparar material didático e ministrar a disciplina \_\_\_\_\_, cumprindo com a minha carga horária de \_\_\_\_\_.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do professor \_\_\_\_\_

Assinatura do coordenador do curso \_\_\_\_\_

### APÊNDICE C - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO – TCC (ALUNO)

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO (ALUNO)

Eu, \_\_\_\_\_, aluno (a) do Curso de \_\_\_\_\_ desta instituição, comprometo-me a cumprir as exigências para a elaboração e apresentação escrita e oral do trabalho de conclusão de curso, respeitando prazos e normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos, reconhecendo a autoria de conceitos, ideias e pesquisas anteriores à que realizarei, zelando pela contribuição técnico-científica e social e pelo padrão de qualidade das pesquisas do IFRO.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_.

Assinatura do (a) aluno (a): \_\_\_\_\_

### APÊNDICE D - MODELO DE TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO DE TCC (PROFESSOR)

#### TERMO DE ACEITE

Eu, \_\_\_\_\_, professor (a) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em \_\_\_\_\_, declaro que aceito orientar o aluno (a) abaixo relacionado(a).

Aluno	Título do TCC

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do coordenador(a) do curso: \_\_\_\_\_

Assinatura do professor de TCC \_\_\_\_\_

**APÊNDICE E: DECLARAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO****DECLARAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, professor, declaro desligamento da orientação do trabalho de conclusão de curso do cursista \_\_\_\_\_, matriculado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em \_\_\_\_\_, desta instituição. Os motivos da desistência são os seguintes:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a) \_\_\_\_\_

**APÊNDICE F - FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>				
Orientador(a)				
Cursista				
Título do trabalho				
<b>ATIVIDADES</b>				
<b>Data</b>	<b>Atividade</b>	<b>Horário (início e fim)</b>	<b>Assinatura do aluno</b>	<b>Assinatura do professor</b>

Assinatura do(a) orientador(a) \_\_\_\_\_

**APÊNDICE G - SUGESTÃO DE FICHA DE AVALIAÇÃO PARA TCC**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	
Acadêmico	

Orientador			
Título do Trabalho			
N°	ITEM	PONTUAÇÃO	
		PREVISTA	OBTIDA
1	Relevância científica da pesquisa e sua relação com a prática educativa em sala de aula ou ambiente congêneres	10	
2	Delimitação do tema, formulação do problema, objetivos e justificativa	10	
3	Fundamentação teórica	10	
4	Metodologia empregada	10	
5	Discussão sobre os resultados da pesquisa	20	
6	Conclusão	10	
7	Originalidade, criatividade e atendimento à norma-padrão da língua portuguesa	10	
8	Formatação (estética e atendimento às normas da ABNT)	5	
9	Referenciais	5	
10	Coesão e coerência	10	
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	
Parecer final:			
Observações:			
Assinatura da comissão avaliadora			
Avaliador 1		Avaliador 2	Avaliador 3

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) coordenador(a) do curso

**APÊNDICE H - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o(a) orientador(a) da pesquisa, prof. (a) \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_ e/ou o(a) coordenador(a) do curso, telefone \_\_\_\_\_.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: \_\_\_\_\_

Pesquisador responsável : \_\_\_\_\_

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): \_\_\_\_\_

Pesquisadores participantes: \_\_\_\_\_

Telefones para contato : \_\_\_\_\_

Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle, se for o caso);

Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas;

Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa;

Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos;

Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa em que o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/tratamento usual.

Nome e assinatura do pesquisador \_\_\_\_\_

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, RG/ CPF/ n., abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data \_\_\_\_\_

Nome e assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Observações complementares

### APÊNDICE I - MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS (REGISTRAR EM CARTÓRIO)

Pelo presente instrumento particular, de um lado \_\_\_\_\_ (Nome completo e por extenso do autor), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF n. \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade RG n. \_\_\_\_\_ residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, denominado CEDENTE, de outro lado o INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, com sede à Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - RO, CEP: 76821-002, doravante denominada IFRO, neste ato representada por (...), função (...), portador da Cédula de Identidade n. (...), inscrito no CPF sob o n. (...), neste ato legal e estatutariamente representada, denominada CESSIONÁRIA, têm, entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito, o seguinte:

Cláusula 1º - O CEDENTE, titular dos direitos autorais sobre \_\_\_\_\_, cede, a título gratuito, à CESSIONÁRIA o direito exclusivo de edição, reprodução, impressão, publicação e distribuição, em língua portuguesa, sobre o mesmo, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Cláusula 2º - A CESSIONÁRIA fica autorizada pelo CEDENTE a promover quantas edições, totais ou parciais, se fizerem necessárias e em qualquer número de exemplares, bem como a distribuição da mesma, abdicando de seus direitos e de seus descendentes.

Cláusula 3º - Fica eleito o foro do juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho (RO) para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente termo.

E por estarem em pleno acordo com o disposto neste instrumento particular, CEDENTE e CESSIONÁRIA assinam, na presença de duas testemunhas abaixo, destinando-se uma via para cada uma das partes contratadas neste instrumento.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

CEDENTE: \_\_\_\_\_

CESSIONÁRIA: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS

1 - \_\_\_\_\_

CPF N°.

2 - \_\_\_\_\_  
CPF Nº.

### APÊNDICE J - ATA DE DEFESA DO TCC

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_\_, na sala \_\_\_\_\_ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus \_\_\_\_\_, o(a) aluno(a) intitulado "\_\_\_\_\_" defendeu o trabalho intitulado "\_\_\_\_\_" na presença da banca avaliadora formada por \_\_\_\_\_ (presidente/orientador(a)), prof \_\_\_\_\_ (membro) e profª \_\_\_\_\_ (membro). O trabalho foi aprovado sob média \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), e deverá ser entregue impresso e em CD com as devidas correções indicadas pela banca (caso necessário), no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da presente data.

BANCA: \_\_\_\_\_

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição

Presidente

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição

Membro

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição

Membro

### ANEXO K – AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA

Eu, \_\_\_\_\_, orientador do trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado \_\_\_\_\_ realizado pelo aluno \_\_\_\_\_ matrícula \_\_\_\_\_, autorizo a entrega da versão final, no modelo de:

( ) Artigo ( ) Outro \_\_\_\_\_.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professor orientador

-----  
(Preenchimento pela Biblioteca)

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, informo que o(a) aluno(a) \_\_\_\_\_ autor do trabalho de conclusão de curso intitulado \_\_\_\_\_ entregou o TCC nesta biblioteca obedecendo os seguintes critérios:

- TCC em versão digital;
- Autorização para publicação em meio eletrônico.

Assim, o aluno está com a situação REGULAR no que se refere ao TCC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) receptor(a)

### ANEXO L - AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia a publicar em ambiente digital institucional, de acesso livre, sem ressarcimento dos direitos autorais previstos na Lei nº 9610/1998 e em outras que regulem ou vierem a regular a matéria, o texto integral do trabalho de conclusão de curso de Especialização em \_\_\_\_\_, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica brasileira.

Tipo de trabalho:	
Curso de pós-graduação:	
<i>Campus:</i>	
Autor:	
CPF:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome para citação:	
Orientador:	
Instituição:	E-mail:
Co-orientador:	
Instituição:	E-mail:
Membro da banca:	
Instituição:	
Membro da banca:	
Instituição:	
Título obtido:	
Data da apresentação:    /    /	
Título do trabalho:	
Palavras-chave:	
Grande área (tabela área de conhecimento CAPES):	
Nome do arquivo em PDF:	
Divulgação do e-mail do autor na página ( ) Sim ( ) Não	

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) autor(a)